



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

ATUAÇÃO DO PROFESSOR ITINERANTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ivan Vale de Sousa¹

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar um breve recorte histórico do processo de escolarização das pessoas com deficiência no Brasil, discutir a importância da interdisciplinaridade na perspectiva de atividades colaborativo-significativas e, por fim, evidenciar a relevância atuante do professor itinerante no contexto escolar. Este trabalho de natureza bibliográfico-reflexiva propõe um diálogo com os apontamentos teóricos de Sasaki (1997), Santomé (1998), Mitler (2003), Glat (2006), entre outros autores que propõem repensar o ambiente educacional à luz da inclusão. Espera-se, portanto ao final desta produção que as abordagens corroboradas sobre a funcionalidade do professor itinerante cooperem na criação de mecanismos e na proposição de espaços inclusivos.

Palavras-chave. Interdisciplinaridade; professor itinerante; inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva tem sido a proposta do Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial, tal sugestão objetiva ampliar o atendimento às pessoas com deficiência no ambiente escolar. À luz dessa política, a escola deve ser pensada como espaço comum e propício ao aprendizado de todos.

Apenas as adaptações arquitetônicas não representam acessibilidade à escola, são necessárias que as estratégias pedagógicas se tornem acessíveis às necessidades educacionais dos alunos inclusos, diante disso, a formação de professores constituiu fator essencial na promoção de ações inclusivas, bem como mediar o conhecimento em sala de aula, sistematizá-lo e propiciar aos estudantes protagonizarem suas histórias.

¹Mestrando em Letras no Instituto de Linguística, Letras e Artes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Parauapebas – PA.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Na escola inclusiva, além dos professores especialistas, temos também (ou deveria) o professor itinerante como agente interlocutor na acessibilidade educacional, assistindo ao professor da sala regular na promoção dialógica entre o aluno e o conhecimento. Assim, a atuação itinerante compreende-se como abordagem interdisciplinar entre as disciplinas curriculares.

Dois são os tópicos discursivos em que este trabalho se divide, além das considerações finais e referências, a saber: **Educação inclusiva e interdisciplinaridade na escola** – evidencia-se a importância da interdisciplinaridade que o professor da Educação Especial precisa assumir no contexto escolar inclusivo. **O professor itinerante na escola inclusiva** – destina-se a discutir a função itinerante como agente orientador e assistencial das aprendizagens.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA

O contexto histórico da Educação Especial no Brasil tem início com a criação do Instituto dos Meninos Cegos² e do Instituto dos Surdos-Mudos³ ambos na cidade do Rio de Janeiro época do Brasil-Império. Embora, existam adeptos e opositores, estes dois Institutos não alcançaram todo o território, concentrando-se apenas a uma pequena parte populacional da então capital brasileira, Rio de Janeiro (Brasil-Império). A partir de então, alguns modelos educacionais em prol do atendimento às pessoas com deficiência vão aos poucos surgindo: a segregação, a integração e atualmente, a inclusão.

O que doravante conhecemos por Educação Inclusiva constituiu-se da ampliação das diferentes formas de atendimento às pessoas com deficiência, precisamente com a criação de Leis, Decretos e Portarias, assegurando-lhes o direito de frequentar os mesmos espaços de aprendizagem das pessoas sem deficiência. Assim, por meio do quadro a seguir é possível compreender o percurso histórico da Educação Especial em nosso país.

²Atualmente, Instituto Benjamin Constant (IBC).

³Atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Quadro 01 – ATENDIMENTO AOS DEFICIENTES NO BRASIL

Regime de Governo	Ano	Instituição	Destinava-se às pessoas
IMPÉRIO	1854	Instituto dos Meninos Cegos	Cegas
	1857	Instituto dos Surdos-Mudos	Surdas
REPÚBLICA	1926	Instituto Pestalozzi	Deficientes intelectuais
	1945	Sociedade Pestalozzi	Superdotadas (primeiro atendimento)
	1954	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Apoiar os pais e familiares de excepcionais

Fonte: Brasil (2010)

De acordo com Perez *et al* (2013), em 1973, é criado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, que, sob a égide integralista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação; ainda, configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Nesse período, não se objetivava uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo assim a concepção de *políticas especiais* para tratar a temática da educação de alunos com deficiência.

Compartilhar das propostas de inclusão significa compreendê-las como procedimento em construção, pois incluir é de fato um ato de trocas, entendimento, respeito e valorização. É antes de tudo uma luta contra todo processo de exclusão. Incluir, portanto significa “oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida”. (SASSAKI, 1997, p. 41)

A partir dessa proposta, outro ideário que envolve ações inclusivas pressupõe:



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

[...] uma filosofia que valoriza ações de inclusão pressupõe, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005 *apud* VIEIRA, 2013, p. 3)

Uma das propostas da escola inclusiva deve ser a defesa de princípios e valores éticos, dos ideais de cidadania e justiça, de respeito e valorização das individualidades. A inclusão tem por caminhos a interação, a socialização e a oportunidade de construção do saber sistematizado por meio de estratégias adaptadas às necessidades de aprendizagem das pessoas com deficiência, pois incluir constitui-se de um processo dinâmico e gradual.

Segundo Mitler (2003), é no campo da educação, que a proposta de inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A proposta inclusiva pressupõe despertar o olhar e ampliá-lo para os casos simples e complexos na reedificação das possibilidades do público da Educação Especial à luz da reestruturação de uma educação de qualidade e para todos. Deve-se, portanto, pensar que a Educação Inclusiva não deve ser pensada apenas para as pessoas com deficiência, mas também ampliada ao alunado, visto que a sugestão dessa educação se harmoniza com a proposição dos direitos humanos a partir dos quatro pilares: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”. (SANCHEZ, 2005, p. 10)

Todo o processo de inclusão educacional dependerá em grande parte das atitudes docentes ante aos desafios impostos pelas Políticas de Educação Inclusiva: da aceitação, da negação e da credibilidade. Embora o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial tenha proposto políticas públicas inclusivas é fundamental o envolvimento do professor como agente de transformação social, criando e ampliando estratégias acessíveis e dirimindo ações vexatórias e/ ou discriminantes no contexto escolar.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

Na escola inclusiva, o professor constrói e reconstrói saberes, sistematiza-ospor meio de práticas que permitem aos alunos estabelecerem conhecimentos, desenvolverem competências e instigá-los a verificarem a aprendizagem na função de sujeitos reflexivos. Isso de fato apenas ocorrerá quando houver a instrumentalização necessária e formativa do educador. Tais atitudes precisam ser perpetradas e refeitas no exercício da sala de aula e no compartilhamento das diferentes formas de ensinar e das peculiares maneiras de aprender com base no trabalho colaborativo.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes. (CARVALHO, 1999, p. 52)

A Educação Inclusiva deve ser prioridade, embora se saiba que nem todos os professores possuem formação ou capacitação na área da Educação Especial, o que muitas vezes compromete a caracterização da escola como espaço inclusivo. Uma das possibilidades de manter relação com a temática evidenciada nesta produção é a proposição de estratégias pedagógicas à luz da interdisciplinaridade.

Proclama-se que a interdisciplinaridade nos remete à ideia de conjunto, isto é, a necessidade de integralizar e articular o trabalho pedagógico. Nessa perspectiva, os professores são protagonistas na praticidade de ações interdisciplinares, engajando-se em uma prática contígua.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que interveem sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (BRASIL, 1999)

Diante disso, assevera-se que a prática interdisciplinar não se opõe à prática disciplinar, mas a complementa. Logo, a abordagem interdisciplinar não



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

anula a disciplinaridade do conhecimento, porém as propostas “interdisciplinares surgem e desenvolvem-se apoiando-se nas disciplinas”, visto que a prosperidade da interdisciplinaridade “depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas e estas, por sua vez, serão afetadas positivamente pelos seus contatos e colaborações interdisciplinares. (SANTOMÉ, 1998, p. 61)

Na escola inclusiva a interdisciplinaridade se realiza a partir das práticas de professores que compreendam, trocam, cooperam e promovem uma integração entre o saber sistematizado a partir do currículo funcional e adaptado às *necessidades dos sujeitos inclusos*.

O interdisciplinar de que tanto se fala não está em confrontar disciplinas já constituídas das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar-se. Para se fazer interdisciplinaridade, não basta tomar um assunto (um tema) e convocar em torno duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em um objeto novo que não pertença a ninguém. (BARTHES, 1988, apud MACHADO, 2000, p. 117)

Na perspectiva inclusiva, a interdisciplinaridade precisa ser compreendida pelo professor do ensino regular como estratégia da criação de Redes de Aprendizagens entre as disciplinas do currículo que se dá por meio da prática de ações interdisciplinares docentes em prol do desenvolvimento das habilidades e competências de maneira colaborativa, sem omitir os desafios propostos pelo processo de ensino-aprendizagem.

As práticas colaborativas são reflexos da docência dinâmica que permitem compreender as mudanças nas formas de ensinar e aprender. Contudo, evidencia-se que não é fácil propor atividades colaborativas, isso exigirá do professor planejamento flexível, assim como entender de que modo às atividades na perspectiva interdisciplinar se configurem como mecanismos de participação e aprendizagem dos alunos inclusos. Assim, a interdisciplinaridade na vertente da inclusão exigirá estudos e debates na busca de caminhos e na proposição de atividades nas quais as disciplinas curriculares dialogam.

A integração entre as disciplinas do currículo à luz da interdisciplinaridade não tornam essas áreas menos importantes, contudo permite aos alunos compreenderem como essas linguagens, códigos,



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

tecnologias, ciências humanas e da natureza mantêm entre si um elo e por isso não podem ser compreendidas como áreas distintas.

Nas intencionalidades e práticas docentes, a escola precisa perceber que em uma abordagem interdisciplinar e inclusiva requer de professores, coordenadores e gestores a reflexão sobre estratégias e recursos, bem como repensar de que forma tais metodologias inserem ou excluem os alunos com deficiência.

O PROFESSOR ITINERANTE NA ESCOLA INCLUSIVA

Os valores democráticos e sociais devem direcionar as ações e na Educação Especial não são diferentes, pois possibilitam aos alunos com deficiência o pleno exercício da cidadania. Tais princípios precisam contemplar as necessidades, bem como as especificidades dos indivíduos em atendimento assegurando-lhes momentos específicos.

Diante das características dos estudantes da Educação Especial e do sucesso na oferta de atendimento, a formação inicial e continuada de professores é uma questão que merece destaque. Na formação inicial, o professor, constrói e sistematiza saberes pedagógicos a partir da reflexão, dos estudos e debates. Na formação contínua faz-se necessária desconstrução desses conhecimentos e sua ampliação na perspectiva da visão inclusiva.

A formação de professores está inserida em um contexto de desafios e possibilidades. Nessa vertente, a escola é espaço privilegiado ao trabalho com a diversidade, principalmente com o ritmo de aprendizagem dos inclusos, por isso caberá sempre ao professor “ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural”. (PRADO; FREIRE, 2001 *apud* ZANINI, 2007, p. 50)

Formação pressupõe planejamento. Planejar significa pensar e repensar as estratégias de acesso ao conhecimento. Conhecer implica compreender as



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

peculiaridades e a realidade da escola, bemcomo as características dos inclusos. No alvitre educacional inclusivo, o planejamento deve levar em consideração as táticas metodológicas e os recursos didáticos ao encontro das especificidades discentes, visto que é na prática da sala de aula que o professor confirma a exatidão do que foi esboçado.

Segundo Miranda (2003, *apud*ZANINI, 2007), a formação do professor, tanto inicial quanto permanente, deve responder ao novo perfil que se caracteriza por sua função em valorar e eleger entre a diversidade de alternativas pedagógicas aquelas que lhe pareça mais adequada à realidade da escola e da aula. Não se trata de um mero executor do que outros decidem. Os planos de formação docente não devem unicamente centrar-se nos cursos nos quais se transmitam conteúdos específicos, mas oferecer tempo, espaço e condições que permitam ao professor avaliar sua experiência e prática diária, deduzindo as mudanças necessárias em sua programação.

Nesse cenário de constantes mudanças e desafios, encontra-se o professor itinerante como propositor de reflexões na prática docente e na construção de espaços inclusivos. O docente itinerante é o profissional que realiza o trabalho de orientação aos professores da sala regular e acompanha o processo de escolarização do aluno incluso, também é responsável em oferecerem suporte necessário para aquisição, complementação e suplementação ao processo de ensino-aprendizagem dos inclusos no sistema. Em alguns casos, promove a capacitação do professorado do ensino regularpor meio de palestras, oficinas, debates e reuniões.

A inclusão precisa ultrapassar a visão micro e assumir o campo macro no contexto escolar. Nessa compreensão o serviço itinerante não é direcionado apenas aos estudantes com deficiência, mas a todos que por alguma razão se sentem impossibilitados de estabelecerconhecimentos. Além da proposta itinerante, a escola deve contar com o apoio de uma equipe interdisciplinar (professores, psicopedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, etc.).

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

O trabalho realizado pelos profissionais supracitados certamente ampliará as formas de acesso ao conhecimento na escola inclusiva. Nesse espaço todos têm as mesmas oportunidades de aprender conforme o ritmo individual. As formas de atendimento itinerante são muitas, como podem ser observadas no quadro a seguir.

Quadro 02 – DIFERENTES FORMAS DO ATENDIMENTO ITINERANTE

Programa de atendimento itinerante	Atendimento feito por membros de uma equipe interdisciplinar de profissionais (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, especialistas em educação especial, etc.) que percorrem várias escolas, mediante uma programação preestabelecida, para o atendimento de educandos portadores de necessidades especiais, assistindo a professores da rede regular, orientando e complementando o seu trabalho.
Atendimento transitório	Atendimento que se faz de modo específico, mas transitório, também por uma equipe interdisciplinar às pessoas com necessidades educacionais especiais nas situações em que o trabalho escolar em classes regulares não se faz possível. Geralmente ele é feito em âmbito hospitalar, embora esse não seja o único caso.
Atendimento escolar hospitalar	Atendimento escolar, por professor capacitado ou especializado (com formação acadêmica certificada), às pessoas com necessidades especiais que se encontrem internadas, transitoriamente ou em caráter permanente, em função da gravidade de seus casos. Muitos dos educandos que se encontram nessa situação são os chamados educandos com desenvolvimento de risco, como pessoas com hidrocefalia severa ou a síndrome do homem de vidro (osteogênese).

12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

Classes especiais	Atualmente, sua existência se dá em face dos casos de flagrante impossibilidade da frequência do aluno a classes regulares em face das suas características específicas e dificuldades pessoais, ou para permitir um reforço direcionado aos que se encontram na sala de aula regular. O trabalho realizado nessas salas pode ser feito no horário regular ou no contra turno.
Sala de recursos	Conduzida sempre por professor especializado e nunca por um professor regular, esta suplementa (na superdotação) e complementa (no caso dos demais alunos com necessidades especiais). O atendimento por essa sala prestado pode ser individual ou em grupo.
Escolas especiais	Atualmente utilizadas para atender os casos considerados muito severos de pessoas com necessidades especiais – sensorial, física, intelectual ou múltipla – que impossibilitem a inclusão dos sujeitos em escolas/salas de aula regulares como determina a Lei.

Fonte: Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE, 2014, pp. 57-58)

É importante considerar a realidade de muitas escolas, bem como as formas de atendimento educacional que se destinam às diversas especificidades, isto é, a inclusão precisa de fato existir nas ações e não apenas no papel. Diante disso, torna-se cabível ao professor itinerante compreender as questões legais que se apropinqua sob a égide inclusiva, por isso este profissional deve ser de fato um exímio pesquisador, questionador e arquiteto na orientação das práticas docentes na escola e fora dela.

O serviço itinerante precisa prioritariamente assumir sua função de destaque no processo formativo dos estudantes e não apenas ser visto como complementação de carga horária, pois este trabalho exigirá formação, capacitação e análise do perfil profissional para a supracitada tarefa.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

É nessa concepção que a Educação Especial precisa ser compreendida: não como privilégio para os “eleitos”, mas com base no perfil do profissional que goste de estudar para melhor orientar. Aliás, qual deveria ser o perfil do professor que almeja descortinar horizontes na Educação Inclusiva? Quais características devem ser tomadas como pontos norteadores das práticas de aprendizagem? Glat *et al*, (2006, p. 11) aponta alguns caminhos afirmando que a “questão da afetividade é muito valorizada, em alguns casos, em detrimento de outras competências que consideramos essenciais em uma orientação pedagógica”, embora se pontue que não somente o querer bem deve ser entendido como seleção para o trabalho com os estudantes especiais em situação de aprendizagem.

Nas discussões, a pesquisa argumenta que um professor que tem sua prática pedagógica orientada para inclusão não pode perder de vistas certos pontos no desenvolvimento de seu trabalho. A capacidade de estudo, a preocupação com uma formação contínua, consciente de seu inacabamento e do constante aprendizado da sala de aula é alguns desses pontos. Outro ponto de destaque é a preocupação com a utilização e construção de métodos e procedimentos que visem atender a diversidade de estilos e ritmos dos estudantes para o processo de construção do conhecimento seja vivenciado de forma contextualizada e prazerosa. (GLAT *et al*, 2006, p. 11)

A socialização, a participação, o respeito e principalmente a aprendizagem dos estudantes são fatores que precisam ser considerados na atuação do professor itinerante. Constitui-se, portanto em uma ação conjunta com a escola na criação de ambientes acolhedores e estimulantes ao aprendizado comum.

O perfil docente para a Educação Especial à luz da inclusão pressupõe considerar as potencialidades, mas também as dificuldades dos alunos inclusos. No que se referem às práticas do trabalho itinerante muitos desafios o caracterizam: a realização de acompanhamentos e orientações em escolas próximas e em número possível de reavaliar a atuação itinerante contribuindo com o trabalho de sala de aula. Não se pode, portanto, atribuir ao serviço de



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL **I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará**

itinerância toda a responsabilidade da escolarização dos inclusos, tampouco acreditar que o profissional solucionará todos os enigmas educacionais.

A funcionalidade do ensino itinerante é assistir também aos docentes, atuando em conjunto com professor do ensino regular na sala de aula ou na Sala de Recursos Multifuncionais. O profissional em questão tem como principal função viabilizar a inclusão na escola, assim como as estratégias de aprendizagem e os esclarecimentos por meio de palestras com os discentes sem deficiência, evitando com isso, casos de exclusão ou discriminação.

Embora, o professor itinerante busque cumprir sua função no acompanhamento à escolarização dos inclusos e na orientação pedagógica da sala regular, boa parte do professorado atribuiu responsabilidade da aprendizagem do aluno com deficiência ao profissional itinerante e aos professores das multifuncionais. Os estudantes com e sem deficiência são de fato responsabilidade da escola, por isso “o professor itinerante tem funcionado mais como agente de mediação, sensibilização e mobilização em favor da inclusão do que como mediador do aprendizado do aluno.” (PELOSI; NUNES, 2009, p. 11)

Outra atribuição que pode ser direcionada à função do professor itinerante é a função de agente integrador. Ele representa a ligação entre os professores da sala regular, da multifuncional, da escola como um todo e dos estudantes com deficiência, sendo, pois “o elemento de ligação – elo – entre a sala de aula e o aluno com deficiência, entre o aluno e o professor do ensino comum” (CAVALCANTI, 2007 *apud* BARROS; RAMOS, 2014, p. 4375).

O serviço itinerante poderá ainda ultrapassar os muros escolares, por isso é aconselhável e também necessário ao professor itinerante o conhecimento de Leis, Decretos e Portarias que o assegurem no exercício da prática extraescolar. Sob uma visão ampliada do trabalho de itinerância constituiu-se como “elemento facilitador da inclusão [auxiliando] o professor regente a incluir a criança com necessidades educacionais na atividade [...] ou estratégias facilitadoras para o trabalho.” (PELOSI; NUNES, 2009, p. 143)



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

O trabalho itinerante certamente não é uma ação fácil, mas permeado de obstáculos, como por exemplo, insistir com determinado professor a mudar estratégias que contemplem diferentes situações de aprendizagem. Outro desafio refere-se ao domínio de determinados conteúdos das turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental e médio, por isso a necessidade de o professor itinerante ser o profissional que acima de tudo goste de estudar, compreendendo-se como ser em constante aprendizagem, visto que para orientar na adaptação de uma atividade é fundamental que compreenda seu conteúdo, mantendo assim os desafios de aprendizagem de maneira adaptada.

Podemos afirmar, então que o professor itinerante desenvolve múltiplas funções na escola, orientando e auxiliando professores regulares, intervindo junto aos alunos e esclarecendo a todos na escola (professores de maneira geral, diretores, coordenadores e demais profissionais que atuam na instituição) sobre o processo de inclusão. (GLAT; PLETSCHE, 2007 *apud* BERNARDO, 2011, p. 35)

A atuação do professor itinerante no processo de inclusão e escolarização dos alunos com deficiência é necessária. Contudo, é preciso que o profissional em questão assuma o compromisso com a proposta inclusiva e seja um provocador reflexivo na adaptação e na ampliação das estratégias em prol do processo de aquisição, complementação e suplementação do saber sistematizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da escola inclusiva pressupõe a mudança nas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. Incluir na escola significa superar o conceito de que apenas as adaptações arquitetônicas tornam a instituição escolar acessível. É necessário primeiramente que a inclusão aconteça dentro de nós e transforme nossas atitudes em oportunidades análogas.

A importância do professor itinerante foi evidenciada de modo a ampliar o olhar para essa árdua função: ser agente inclusivo no ambiente escolar. Os apontamentos sobre a função do serviço itinerante objetivaram contribuir com a



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

reflexão na seleção de profissionais para atuarem na Educação Especial e do compromisso com a escolarização dos estudantes com deficiência.

À luz dos direitos humanos, a inclusão escolar precisa ultrapassar todos os conceitos que menosprezem as pessoas que não se enquadrem nos estereótipos criados pela sociedade. Assim, espera-se sinceramente que as reflexões a partir da escola das possibilidades de aprendizagem e da atuação do professor itinerante sejam compreendidas na perspectiva de ampliar os debates e ações em favor da inclusão.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mércia Ramos; RAMOS, Kátia Maria da Cruz. **Lugar do professor itinerante no processo de inclusão de alunos com deficiência nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71141/2/92376.pdf>>. Acesso: 05 mar. 2014.

BERNARDO, Heloísa dos Santos. **História da Educação Especial**. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T207071.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 16/ 1999**, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de nov. 1999.

_____. **Marcos Político-Legais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CARVALHO, Rosita Elder. O direito de ter direito. In: **Salto para o futuro**. Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1999.

GLAT, Rosana [et al]. Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas. In: **XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO**. Realizado em 23 a 26 de abril de 2006 na Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/ENDIPE%202006.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.



12 a 14
DE NOVEMBRO
— 2015 —

II CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I Fórum Permanente de Educação Especial do Sul e Sudeste do Pará

IESDE, Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (parte III). Disponível em: <http://www.concursospublicos.uol.com.br/aprovaconcursos/demo_aprova_concursos/pedagogia_e_ldb_para_concursos_04.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

MACHADO, Nilson José. **Educação**: projetos e valores. 3ª ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

MITLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PELOSI, Myriam Bonadiu; NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula. Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. In: **Revista Brasileira De Educação Especial**, v. 15, n.1, p. 141-154, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n1/10.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

PEREZ, Daniela Jordão Garcia et al. Tecnologia assistiva, projetos e acessibilidade: promovendo a inclusão escolar. **Caderno de formação**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 6ª ed. Presidente Prudente: SECADI, 2013.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Revista da Educação Especial**, n. 7, out., 2005. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SANTOMÉ, Jorjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazami. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva no Brasil**: do contexto histórico à contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.redentor.inf.br>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

ZANINI, Fernanda. **Educação inclusiva e o papel do professor especialista**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Bauru Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2007. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Fernanda%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.